Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

MAIS MÉDICOS

Justiça determina o retorno dos cubanos

Desembargador do TRF-1 destacou emergência da saúde pública no país, especialmente por causa da crise do povo ianomâmi

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, decidiu prorrogar, por mais um ano, o contrato de mais de 1,7 mil médicos cubanos, que faziam parte do programa Mais Médicos. Em 2019, os profissionais tiveram o contrato rompido unilateralmente por Cuba, após as reiteradas críticas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) aos intercambistas.

À época, Bolsonaro substituiu o programa pelo Médicos pelo Brasil, mas, na prática, as duas iniciativas estavam funcionando juntas, pois de acordo com o Ministério da Saúde, não havia profissionais suficientes para preencher as vagas no interior e em periferias — áreas mais carentes de atenção primária.

A decisão pela recontratação dos cubanos é do desembargador Carlos Augusto Pires Brandão, atendendo um pedido da Associação Nacional dos Profissionais Médicos Formados em Instituições de Educação Superior Estrangeiras e dos Profissionais Médicos Intercambistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Na Justiça, as entidades argumentaram que os cubanos "foram excluídos, de maneira repentina, da mencionada cooperação por ato unilateral do governo do país de origem em novembro de 2018, que foi responsável pela convocação de retorno dos profissionais ao país caribenho" e pedem pelo retorno da atuação dos profissionais no Brasil.

Carlos Augusto Pires Brandão ressaltou a importância do programa que deve "reduzir a carência de médicos nas regiões consideradas prioritárias de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), proporcionando maior cobertura da Estratégia Saúde da Família".

Para o magistrado, a interrupção do programa impacta as camadas mais vulneráveis da população. "Não se pode negar que esse programa prioriza a ocupação de vagas nos municípios mais carentes, inclusive com a função de combater os efeitos deletérios da pandemia do coronavírus", escreveu o desembargador, no documento.

Na avaliação de Carla Pintas, professora do curso de saúde coletiva da Universidade de Brasília (UnB), é fundamental a retomada dos processos de convocação de novos médicos para distribuir profissionais em regiões de difícil acesso, que não possuem assistência adequada. "Os territórios indígenas são exemplos desses lugares. A experiência do Mais Médicos em 2013 foi bastante exitosa porque trouxe um grupo de profissionais com características importantes para atuar na atenção primária — que é o foco dessa proposta", destacou.

O Programa Mais Médicos para o Brasil foi criado em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff (PT), com o objetivo de levar médicos para áreas e regiões mais distantes do país. A iniciativa se destacava pela participação de profissionais cubanos. "Os médicos atuais brasileiros não tinham o interesse de atuar nessas regiões. E isso tem a ver com a formação médica atual que ainda é muito hospitalocêntrica, que não preconiza o atendimento de vulneráveis, de populações em locais de difícil acesso", ressaltou Pintas.

A especialista apontou a importância de realizar um trabalho integrado para incentivar a ida de médicos às regiões distantes. "Não é só a profissão médica, temos outros grupos de profissões que também poderiam se beneficiar trabalhando nessas áreas remotas. Um conjunto de profissionais de saúde que poderiam estar atuando, porque o serviço de saúde não se faz só com médico", disse.

Carlos Moura/CB/D.A Press



Chegada dos cubanos para participar do programa Mais Médicos no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília, em 2013

> **A experiência do Mais Médicos em 2013 foi bastante exitosa porque trouxe um grupo de profissionais com características importantes para atuar na atenção primária"**
>
> ***Carla Pintas, professor da UnB***

Emergência

Na mesma decisão, o desembargador Carlos Augusto Pires Brandão também fixou também um prazo de dez dias para o Ministério da Saúde apresentar um plano de reincorporação dos profissionais, por conta da crise sanitária do povo ianomâmi, em Roraima. "O Programa Mais Médicos para o Brasil permite implementar ações de saúde pública de combate à crise sanitária que se firmou na região do povo indígena ianomâmi", destacou.

"Cabe ressaltar que questões humanitárias se materializam em torno do núcleo familiar dos profissionais envolvidos. Mostra-se evidente a quebra de legítima expectativa desses médicos, que, em sua ampla maioria, já constituíram famílias em solo brasileiro", acrescentou Brandão.

Na semana passada, o Ministério da Saúde anunciou que iria acelerar o edital do Mais Médicos para recrutar profissionais não apenas brasileiros, mas também estrangeiros, que possam atuar em distritos indígenas, como os dos ianomâmis. A pasta declarou emergência em saúde pública para enfrentar a crise e classificou a situação como "desumana".

Indígena de 33 anos morre por desnutrição

» MICHEL MEDEIROS
Especial para o **Correio**

O Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana(-Condisi) confirmou ontem a morte de uma indígena de 33 anos, na sexta-feira (27), em Boa Vista, por desnutrição. Ela estava internada na UTI do Hospital Geral de Roraima. Duas crianças, filhas da mulher, estão internadas em tratamento por desnutrição grave.

De acordo com o presidente do Condisi, Júnior Hekurari Yanomami, ao menos outras cinco pessoas teriam morrido em comunidades dentro da Terra Yanomami ontem. O grupo enfrenta uma grave crise sanitária.

Na última semana, o Ministério da Saúde revelou que só em 2022, pelo menos 99 crianças entre um e quatros anos do povo ianomâmi morreram devido ao avanço do garimpo ilegal na região. As causas da mortes variam entre desnutrição, malária e pneumonia.

Dados obtidos pelo **Correio Braziliense** por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), apontam que a desnutrição matou 345 indígenas em quatro anos, quase 100 a mais do que nos quatro anos anteriores. Em 2021, foram 107 mortes entre indígenas — só pela desnutrição.

Em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação, na sexta-feira, a ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara destacou a situação de vulnerabilidade de diversos povos. "Tivemos seis anos de muita ausência do poder público. Ianomâmi é uma pontinha do iceberg", afirmou. A ministra citou os casos dos povos arariboia e guajajara, no Maranhão, uru-eu-wau-wau, em Rondônia, karipuna, no Acre, e munduruku, no Pará. "Todas essas áreas estão com situação grave de madeireiro ou de garimpeiro e, com isso, [há] uma insegurança geral de saúde e alimentar", disse.

Novos territórios

Em meio a grave crise sanitária, a ministra anunciou que terras indígenas em oito estados brasileiros estão aptas para serem reconhecidas. Ao todo, 14 projetos estão prontos para homologação pelo governo federal.

Os territórios estão localizados no Ceará, Bahia, Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Acre, Amazonas e Mato Grosso. "Temos

> **Tivemos seis anos de muita ausência do poder público. Ianomâmi é uma pontinha do iceberg"**
>
> ***Sônia Guajajara,*** *ministra dos Povos Indígenas*

14 processos identificados, que estão com os estudos prontos, concluídos, já têm a portaria declaratória. A gente espera que o presidente Lula possa assinar a homologação", disse.

A demarcação foi retomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os processos foram paralisados durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. No fim do ano passado, durante a transição, o grupo de trabalho temático já havia incluído uma lista das 13 áreas aptas para reconhecimento como territórios indígenas. Ao todo, elas somam cerca de 1,5 milhão de hectares.

Sônia Guajajara também mencionou a situação dos indígenas guarani-kaiowá. Eles vivem em área ainda não demarcada e que é disputada por fazendeiros. "Temos recebido demanda do guarani-kaiowá. Eles vivem em áreas de retomadas e isso dificulta a produção de alimentos. Tem a situação do povo pataxó, também numa área de retomada. É uma terra indígena que aguarda portaria declaratória do governo federal. [Há também] os awá guarani, no Paraná, que têm procurado a gente para dar uma atenção especial", acrescentou.

O Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, que concentra o maior número de povos indígenas isolados de todo o país, é outro foco de preocupação para o governo.

Espancamento

Um indígena identificado como Valdemar Marciano Guajajara foi encontrado morto na manhã de ontem em Amarante do Maranhão (MA). Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o corpo foi encontrado com marcas de espancamento. Ele morava na aldeia Nova Viana, na Terra Indígena Arariboia. **(Com informações da Agência Brasil)**

Weibe Tapeba/Sesai/Divulgação



Crise sanitária matou mais de 500 crianças de doenças e má alimentação